

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.644 - MG (2018/0281865-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : GEOVANI DOS SANTOS GAROTTI SADOCCO (PRESO)
ADVOGADO : GUSTAVO HENRIQUE NAVES FARIA E OUTRO(S) - MG111688
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : EVERSON FELIPE DE AZEVEDO
INTERES. : JUANATHA GUIMARAES

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **GEOVANI DOS SANTOS GAROTTI SADOCCO**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o recorrente, juntamente com outros corréus, tiveram a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 e art. 330 do Código Penal.

Nesta Corte, a defesa sustenta ausência de indícios suficientes de autoria porque nenhuma substância entorpecente foi apreendida na posse do recorrente. Alega ainda que, no momento em que as autoridades policiais receberam a denúncia anônima informando a chegada de grande carregamento de drogas na cidade, o recorrente estava hospitalizado, conforme prontuário médico juntado ao recurso.

Afirma, também, que o decreto preventivo carece de fundamentação idônea, pois se baseia apenas na gravidade abstrata dos delitos.

Destaca, por fim, que o recorrente é tecnicamente primário, eis que já decorrido período depurador desde sua última condenação e que tem trabalho lícito como *motoboy*.

Pleiteia, assim, a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Decido.

O recurso não comporta provimento.

A segregação cautelar foi determinada nos seguintes termos:

"Lado outro, vislumbro a presença dos requisitos para se decretar a prisão preventiva dos autuados.

Nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, além da existência do crime e dos indícios suficientes da autoria, a prisão preventiva deve esta orientada para a satisfação das seguintes regras: a) para garantir a ordem Pública b) ou por conveniência da instrução criminal; c) ou para assegurar a aplicação da lei penal.

O artigo 313 do CPP estabelece os casos em que é admitida a prisão preventiva, quando presentes os pressupostos do artigo 312. Vejamos: (...)

Superior Tribunal de Justiça

Analizando detidamente os autos, vislumbro a existência de fortes indícios de que os autuados estavam de posse da droga apreendida - maconha e cocaína - cujo destino seria a comercialização a terceiros, amoldando suas condutas ao preceito primário do art. 33 da Lei 11.343/06, cuja pena máxima em abstrato ultrapassa 04 anos de reclusão.

Ademais, com o autuado Juanathã, foi encontrada uma arma com a numeração raspada e munições, sendo esta conduta ajustada ao art. 16, parágrafo único da Lei 10.826/03, que possui pena máxima superior a 04 anos de reclusão.

A materialidade do crime restou evidenciada pelo laudo de constatação, o qual atesta a apreensão de 45 (quarenta e cinco) tabletes de maconha (35.282 kg), duas porções de cocaína (2,014 kg) e o laudo de eficiência e prestabilidade, o qual atesta que o revólver e as munições poderiam ser utilizados para ofender a integridade física de outrem (ff. 49/53).

A testemunha Julimar Gomes de Oliveira, policial militar, alegou receber informações de que chegaria uma grande quantidade de drogas na cidade de Três Corações, passaram a patrulhar as imediações do Bairro Jd. Califórnia, ocasião em que passaram a perseguir os autuados e lograram êxito em apreender drogas em suas posses. Vejamos (ff. 04/05):

'(...)QUE nesta data receberam denuncia anônima dando conta de que chegaria uma significativa quantidade de drogas na cidade de Três Corações/MG; Que segundo a informação um dos indivíduos que traria a droga seria a pessoa de Geovani dos Santos Sadoco, que utilizaria o veículo da marca GM / Corsa, placas BPL - 6611 - Tres Corações/ MG, cor preta; QUE em patrulhamento no bairro Jd. Califórnia, visualizou referido veículo estacionado defronte a um imóvel residencial; Que, para não levantar suspeita, o depoente 'passou direto' (sic), isto é, não procedeu abordagem naquele momento; Que, após alguns instantes, na continuidade de seu patrulhamento, o depoente se deparou com o referido veículo já em movimento, estando em seu interior dois indivíduos do sexo masculino, sendo estes: Geovani dos Santos Sadoco (condutor do veículo) e Everson Felipe de Azevedo, ambos conhecidos no meio policial militar pelo envolvimento com tráfico de drogas; Que o depoente passou a acompanhar o veículo, ato seguido que deu ordem para que parasse o veículo, mas, desobedecendo a ordem legal, Geovani empreendeu fuga em alta velocidade por diversos bairros; Que foram necessárias diversas viaturas para tentar o cerco do veículo, mas mesmo assim ele não parava; QUE durante o trajeto de fuga o passageiro, Eversom, passou a jogar inúmeros (cuja quantidade não sabe informar) 'tabletes' de droga (maconha, itens que foram em seguida arrecadados por viaturas que vinham atrás; Que após muita perseguição uma viatura da Polícia Militar perdeu o controle e capotou, tendo os policiais componentes desta guarnição (Sgto. PM Nascif, Cb. PM Juliano) suportado ferimentos leves; Que no mesmo instante do acidente com a viatura o veículo GM Corsa em questão colidiu, oportunidade em que foram capturados os indivíduos Geovani dos Santos Sadoco e Everson Felipe de Azevedo; Que aportou informação apócrifa dando conta que um indivíduo, posteriormente identificado Juanatha Guimarães, havia saído da residência onde estava o veículo GM Corsa, e embarcado num ônibus de transporte

Superior Tribunal de Justiça

coletivo, cuja linha o depoente não sabe informar; Que uma guarnição, composta pelo Sgto. Gabriel (não presente neste plantão), procedeu a abordagem do indivíduo Juanatha Guimarães, não sendo nada de ilícito encontrado com este; Que após muita argumentação Juanatha Guimarães confidenciou que no quintal de sua residência havia droga enterrada; Que em seguida policiais militares compareceram à residência de Juanatha, onde este declinou a localização da droga enterrada; Que foram encontrados enterrados as seguintes drogas: 12 (doze) tabletes maiores de maconha e debaixo do telhado do imóvel vieram a encontrara mais 04 (quatro) pequenos tabletes de maconha, 05 (cinco) tabletes grandes de maconha; 02 "tijolos" de cocaína, um revólver calibre .38, marca Taurus, com numeração suprimida, além, de seis munições do mesmo calibre; Que posteriormente contabilizou-se o número de itens "dispensados veículo em fuga, qual seja: 24 (vinte e quatro) PASSADA A PALAVRA AO SR. DEFENSOR DR. PABLO LANI VILELA, DIANTE DAS PERGUNTAS POR ESTE FORMULADA, RESPONDEU O DEPOENTE QUE: que os componentes da viatura que estava atrás da viatura do depoente, que estava logo atrás, foram: Sd. Sales e Cb. Ruiz; Que quando chegou a base da Polícia Militar a droga já estava lá, inclusive já contabilizadas; Que o Sgto. Chaves chegou sim com uma caixa de papelão, mas dentro desta estavam marmite para a alimentação dos policiais(...)"

As alegações da testemunha Julimar foram corroboradas pela testemunha Ronaldo Galvino Pereira, também policial militar (ff. 06/06v).

Os autuados Geovani e Everson, em sede policial, negaram a prática de narcotraficância. Já o autuado Juanathã, permaneceu em silêncio (ff. 07/09).

A Certidão de Antecedentes Criminais evidencia que os autuados são reincidentes específicos (ff. 55/67).

Desta forma, apesar da negativa dos autuados Geovani e Everson, diante do quadro probatório, sobretudo a enorme quantidade de drogas apreendidas, aliada as suas reincidências específicas, bem como os depoimentos dos policiais dando conta que além dos entorpecentes apreendidos, foi arrecadada uma arma com Juanathã e, também, as circunstâncias da apreensão dos autuados Geovani e Everson entrevejo nesse juízo prévio, que os autuados estão envolvidos no comércio de drogas na cidade de Três Corações, fazendo do tráfico um meio de sobrevivência, sendo, com isso, necessário o encarceramento cautelar como garantia da ordem publica.

A segregação cautelar dos autuados não infringe o principio da presunção de inocência por ter caráter meramente cautelar, e justifica-se, obviamente, pela periculosidade do autor de crime hediondo.

Portanto, dada a gravidade dos delitos imputados, bem como a Perigosa fuga perpetrada pelos autuados Geovani, e Everson, além da reincidência específica de todo os autuados, é razoável crer que a manutenção da ordem publica e motivo suficiente a justificar a medida cautelar, estando presentes, desta forma, os requisitos do art. 312 do CPP.

Isso porque o tráfico de drogas é prática criminosa denunciadora de alta

periculosidade dos seus agentes, devendo ser afastados do convívio

Superior Tribunal de Justiça

social para evitar ameaça à ordem pública e jurídica, evitando também que esta sociedade venha a se sentir desprotegida e atemorizada. Além do que, em liberdade os traficantes encontrarão os mesmos estímulos que o levaram à prática delitiva.

A propósito:

(...)

É Impossível, ademais, que se tolere tal atitude envolvendo a disseminação de drogas, com a facilidade que se evidencia, porque a sociedade tem diante de si, bem visível, a enormidade da tragédia que esse comércio representa.

Ante o exposto, visando garantir a ordem pública, com fulcro nos arts 312 e 313, I e II, todos do Código de Processo Penal, CONVERTO A PRISÃO FLAGRANTE EM PREVENIIVA dos autuados JUANATHA GUIMARAES, GEOVANI DOS SANTOS GAROTTI SADOVO e EVERSON FELIPE DE AZEVEDO.

O acórdão recorrido esclareceu ainda:

"Inicialmente, observa-se, da inicial do presente writ, que o impetrante não conseguiu demonstrar, convincentemente, qualquer ilegalidade na prisão em flagrante do paciente, sendo certo que a negativa de autoria, fundamentada na tese de flagrante forjado, é matéria que extrapola os limites do habeas corpus que, como cediço, é instrumento de cognição sumária, que não admite a análise de questão fática, dependente de dilação probatória

A propósito:

(...)

Ressalta-se que não é necessário, para decretação da custódia cautelar, o mesmo grau de certeza exigível nos decretos condenatórios, bastando a existência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, os quais, no caso em apreço, são facilmente extraídos dos autos (fl. 57/69-TJ). Logo, entende-se que não se trata de incriminação de pessoa inocente, mas de flagrante próprio.

Registra-se, também, que a veracidade dos depoimentos prestados pelos policiais será analisada em momento oportuno, ou seja, durante a instrução processual, sob o crivo do contraditório.

Dessa forma, não se verifica qualquer ilegalidade no APFD respectivo (fl. 57/69-TJ). pois os requisitos de ordem formal e material restaram devidamente preenchidos, conforme dispõem os artigos 302 e 304 do Código de Processo Penal. inexistindo qualquer indicativo de abuso de poder e arbitrariedade descritos na inicial da impetração.

(...)

Ressalta-se, ainda, que, de acordo com o exame preliminar de drogas (fl. 177/181-TJ). os militares apreenderam 35.282kg (trinta e cinco quilos e duzentos e oitenta e dois centigramas) de "maconha" e 2.014kg (dois quilos e quatorze gramas) de cocaína.

Assim, entende-se que a gravidade do caso concretamente considerado, demonstrada pela apreensão de considerável quantidade de substâncias entorpecentes e a perigosa fuga perpetrada pelo paciente, que resultou em acidente automobilístico causado pela

Superior Tribunal de Justiça

desobediência dos investigados à ordem de parada, não apenas permite, mas recomenda a manutenção da sua prisão provisória uma vez que dela resulta a percepção da periculosidade do agente.

Nesse sentido

(...)

Outrossim, do exame da CAC (fl. 188v/191-TJ) e da FAC <fl. 193v/199-TJ>. vê-se que o paciente é reincidente e portador de maus antecedentes, possuindo três condenações, com trânsito em julgado, pela prática dos delitos de tráfico de drogas, uso de drogas e furto qualificado, que demonstra a sua contumácia delitiva

Dessa forma, em razão da necessidade de se garantir a ordem pública, acautelar o meio social e evitar eventuais reações criminosas, a manutenção da segregação cautelar do paciente é medida que se impõe.

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, segundo se infere, os indícios de autoria decorrem dos depoimentos prestados pelos policiais militares, responsáveis pela prisão em flagrante.

O decreto preventivo destaca que, conforme assegurou os agentes de segurança, "Geovani empreendeu fuga em alta velocidade por diversos bairros; Que foram necessárias diversas viaturas para tentar o cerco do veículo, mas mesmo assim ele não parava; QUE durante o trajeto de fuga o passageiro, Eversom, passou a jogar inúmeros (cuja quantidade não sabe informar) "tabletes" de droga (maconha, itens que foram em seguida arrecadados por viaturas que vinham atrás."

Como bem pontuou o Tribunal de origem, "a veracidade dos depoimentos prestados pelos policiais será analisada em momento oportuno, ou seja, durante a instrução processual, sob o crivo do contraditório" (e-STJ, fl. 259)

Esta Corte inclusive tem jurisprudência de que a tese defensiva quanto a inocência do réu exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus* (RHC 107.476/GO, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 27/05/2019; HC 525.907/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 24/10/2019).

No mais, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, haja vista a gravidade concreta da conduta delitiva, pois o recorrente transportava, juntamente com outro corréu, 35,285 Kg de maconha e 2,014 de cocaína.

Esta Corte, inclusive, possui entendimento reiterado de que a quantidade e a diversidade dos entorpecentes encontrados com agente, quando evidenciarem a maior reprovabilidade do fato, podem servir de fundamento para a prisão preventiva.

A propósito:

"[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o

preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaína', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

[...]

Habeas corpus não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, evidenciada pela quantidade e natureza da droga apreendida (170 invólucros plásticos, contendo cocaína, pesando 68,1 g e 20 invólucros plásticos contendo maconha, pesando 40,5 g), aliada às circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favorável ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada."

(HC 425.704/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018).

Consigne-se, ainda, que a imprescindibilidade da segregação cautelar é reforçada pelo risco de reiteração delitiva do agente, pois o recorrente é reincidente específico e possui outra condenação definitiva pela prática de furto qualificado (e-STJ, fl. 266)

Portanto, "a persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA,

Superior Tribunal de Justiça

QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

